

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	16
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	18
11. ATIVOS FINANCEIRO DA CONCESSÃO	19
12. INVESTIMENTOS	19
13. IMOBILIZADO.....	22
14. INTANGÍVEL	25
15. FORNECEDORES.....	26
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	27
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	28
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	30
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	30
20. PROVISÕES	32
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	34
22. RECEITA	34
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	36
24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	37
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	37
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	39
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	45
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	47
29. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO	48
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO	49
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	54

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.506.107	1.761.817	1.024.524	1.402.213
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	845.144	319.277	845.144	319.277
Consumidores e Revendedores	6	432.493	397.301	420.971	389.599
Concessionários - Transporte de Energia		111.074	109.092	61.281	60.549
Ativo Financeiro da Concessão	11	494.695	360.508	42.362	42.362
Tributos Compensáveis	7	47.180	48.412	42.092	45.967
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8	229.158	153.719	215.880	135.966
Revendedores - Transações com Energia Livre		45.769	29.959	45.769	29.959
Dividendos a Receber		-	-	118.086	118.086
Estoques		4.512	4.585	4.037	4.102
Outros Créditos		73.993	87.240	55.791	71.788
TOTAL DO CIRCULANTE		3.790.125	3.271.910	2.875.937	2.619.868
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	552.799	569.885	201.959	202.334
Tributos Compensáveis	7	9.315	9.732	8.496	9.517
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8	3.822	3.319	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	10	135.103	125.923	132.748	123.756
Crédito com Pessoas Ligadas		11.190	4.529	18.762	14.623
Outros Créditos		18.527	49.967	8.410	8.475
Ativo Financeiro da Concessão	11	2.988.180	3.127.866	699.600	702.335
Investimentos	12	-	-	2.771.501	2.712.944
Imobilizado	13	7.047.770	7.024.474	5.865.689	5.947.539
Intangíveis	14	468.240	477.719	33.781	34.171
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.234.946	11.393.414	9.740.946	9.755.694
TOTAL DO ATIVO		15.025.071	14.665.324	12.616.883	12.375.562

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	572.691	512.764	527.782	466.200
Debêntures	17	1.909.578	507.375	1.869.612	490.511
Fornecedores	15	159.078	175.792	113.139	115.127
Impostos, Taxas e Contribuições	16	66.266	60.254	62.812	56.371
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	129.873	8.235	124.165	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	25	46.819	46.819	46.819	46.819
Salários e Encargos Sociais		47.562	57.346	42.640	53.864
Encargos Regulatórios	18	91.458	97.148	84.694	90.312
Participações nos Lucros		6.638	27.495	6.638	25.491
Dívidas com Pessoas Ligadas		17.062	15.396	17.062	15.396
Obrigações Pós-Emprego	19	16.915	17.033	16.915	17.033
Outras Obrigações		72.032	65.313	41.060	49.198
TOTAL DO CIRCULANTE		3.135.972	1.590.970	2.953.338	1.426.322
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	2.893.921	2.830.798	1.860.447	1.867.885
Debêntures	17	2.262.398	3.784.833	1.267.349	2.800.444
Provisões e Contingências Judiciais	20	7.297	7.010	6.095	5.889
Obrigações Pós-Emprego	19	416.461	413.310	416.461	413.310
Impostos, Taxas e Contribuições	16	141.724	133.769	89.509	81.243
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	670.729	691.048	566.143	580.915
Encargos Regulatórios	18	39.467	32.341	39.467	32.341
Outras Obrigações		159.230	130.600	120.202	116.568
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.591.227	8.023.709	4.365.673	5.898.595
TOTAL DO PASSIVO		9.727.199	9.614.679	7.319.011	7.324.917
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES					
Capital Social		3.296.785	3.296.785	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		844.198	844.198	844.198	844.198
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		863.133	908.269	863.133	908.269
Ajuste Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa		2.245	1.393	2.245	1.393
Lucros (Prejuízo) Acumulados		291.511	-	291.511	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.297.872	5.050.645	5.297.872	5.050.645
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.025.071	14.665.324	12.616.883	12.375.562

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
RECEITA	22	1.014.087	885.477	913.545	804.876
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(57.403)	(64.075)	(59.605)	(63.718)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(137.818)	(73.773)	(137.808)	(73.763)
		(195.221)	(137.848)	(197.413)	(137.481)
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	23a	(52.322)	(56.958)	(48.562)	(55.069)
Participação dos Empregados	23a	(5.191)	(6.896)	(5.191)	(6.896)
Materiais		(2.419)	(4.667)	(1.820)	(3.617)
Serviços de Terceiros	23b	(17.908)	(25.534)	(15.372)	(23.814)
Depreciação e Amortização		(93.440)	(93.454)	(89.079)	(91.470)
Reversões (Provisões) Operacionais		(61)	427	(61)	427
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(35.392)	(35.386)	(35.392)	(35.325)
Custo de Construção		(9.845)	(25.031)	(6.838)	-
Outros custos de operação		3.845	(14.649)	4.572	(13.849)
		(212.733)	(262.148)	(197.743)	(229.613)
CUSTO TOTAL		(407.954)	(399.996)	(395.156)	(367.094)
LUCRO BRUTO		606.133	485.481	518.389	437.782
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas Gerais e Administrativas		(41.853)	(21.777)	(37.859)	(19.363)
Outras Despesas Operacionais		(13.025)	(14.773)	(12.931)	(6.219)
		(54.878)	(36.550)	(50.790)	(25.582)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)		551.255	448.931	467.599	412.200
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	34.891	12.231
Despesa Financeira Líquida	24	(179.492)	(92.361)	(146.346)	(74.983)
Resultado antes dos Impostos		371.763	356.570	356.144	349.448
Imposto de Renda e Contribuição Social	9b	(121.171)	(129.700)	(118.609)	(122.360)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	(4.217)	5.642	8.840	5.424
RESULTADO DO EXERCÍCIO		246.375	232.512	246.375	232.512
Lucro Básico por ação preferencial e ordinária				0,0851	0,0803
Lucro Diluído por ação preferencial e ordinária				0,0851	0,0803

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
RESULTADO DO PERÍODO		246.375	232.512	246.375	232.512
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE					
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa		(852)	(1.220)	(852)	(1.220)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia		<u>245.523</u>	<u>231.292</u>	<u>245.523</u>	<u>231.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva de Ajustes de Avaliação	Reservas Ajustes Conversão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 Reclassificado	2.896.785	666.112	1.030.269	-	(74.325)	4.518.841
Aumento do Capital	400.000	(400.000)	-	-	-	-
Ajuste de adoção de normas contábeis	-	-	-	-	29.404	29.404
Resultado do Exercício	-	-	-	-	232.512	232.512
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(30.500)	-	30.500	-
Outros resultados abrangentes:						
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	1.220	-	1.220
SALDOS EM 31 MARÇO DE 2010	3.296.785	266.112	999.769	1.220	218.091	4.781.977
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.296.785	844.198	908.269	1.393	-	5.050.645
Resultado do Exercício	-	-	-	-	246.375	246.375
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(45.136)	-	45.136	-
Outros resultados abrangentes:						
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	852	-	852
SALDOS EM 31 MARÇO DE 2011	3.296.785	844.198	863.133	2.245	291.511	5.297.872

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	246.375	232.512	246.375	232.512
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixas				
Depreciação e Amortização	94.705	94.948	90.194	91.477
Baixas Líquidas de Imobilizado	-	-	-	9.836
Equivalência Patrimonial	-	-	(34.891)	(12.231)
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	38.641	11.980	31.535	9.653
Impostos Federais Diferidos	4.217	(5.424)	(8.840)	(5.424)
Provisões para Perdas Operacionais	(287)	869	206	98
Obrigações Pós-Emprego	14.279	11.654	14.279	11.654
Outros	-	5	-	1.330
	397.930	346.544	338.858	338.905
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(84.918)	230.218	(31.372)	60.201
Revendedores – suprimento	(15.810)	-	(15.810)	-
Tributos Compensáveis	1.649	(256.750)	4.896	(96.106)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(75.439)	-	-	-
Transporte de Energia	-	(2.547)	(79.914)	(2.547)
Créditos Tributários Diferidos	-	137.043	-	(40.954)
Depósito Judiciais	(9.180)	(7.855)	(8.992)	(8.086)
Outros Ativos Circulantes	61.064	(51.863)	15.330	(16.006)
Outros Realizável a Longo Prazo	41.362	-	(4.074)	-
Ativo Financeiro da Concessão	2.764	(111.271)	-	99.000
Outros	-	333	-	(29.770)
	(78.508)	(62.692)	(119.936)	(34.268)
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(16.714)	(26.269)	(1.988)	(256)
Tributos e Contribuição Social	13.967	193.963	14.707	211.056
Imposto de Renda e Contribuição Social	97.102	-	118.608	-
Salários e Contribuições Sociais	(9.784)	(6.185)	(11.224)	(6.626)
Encargos Regulatórios	(5.690)	2.829	(5.618)	3.133
Empréstimos e Financiamentos	(54.999)	381.184	(91.771)	20.049
Obrigações Pós-Emprego	(11.246)	(12.340)	(11.246)	(12.340)
Outros	24.710	(72.054)	(13.713)	(59.058)
	37.346	461.128	(2.245)	155.958
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	356.768	744.980	216.677	460.595
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	58.790	2.903.841	-	2.748.281
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(39.614)	(3.111.775)	(39.614)	(2.704.456)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	(498.750)	-	(498.750)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	19.176	(706.684)	(39.614)	(454.925)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	-	-	(23.666)	-
No Imobilizado e no Ativo Financeiro	(105.787)	(20.236)	(5.219)	(112.313)
No Intangível	-	(108.616)	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	(525.867)	-	(525.867)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(631.654)	(128.852)	(554.752)	(112.313)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(255.710)	(90.556)	(377.689)	(106.643)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	1.761.817	3.043.715	1.402.213	2.834.476
No fim do período	1.506.107	2.953.159	1.024.524	2.727.833
	(255.710)	(90.556)	(377.689)	(106.643)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado IFRS				Controladora BRGAAP			
	31/03/2011		31/03/2010		31/03/2011		31/03/2010	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	1.285.078		1.114.288		1.175.151		1.027.951	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(137.818)		(73.773)		(137.808)		(73.763)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(57.403)		(64.148)		(59.605)		(63.718)	
Serviços de Terceiros	(29.724)		(34.864)		(26.131)		(25.577)	
Materiais	(3.701)		(4.650)		(3.102)		(3.589)	
Outros Custos Operacionais	(10.406)		(35.740)		(7.723)		(10.148)	
	<u>(239.052)</u>		<u>(213.175)</u>		<u>(234.369)</u>		<u>(176.795)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.046.026		901.113		940.782		851.156	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(94.705)		(94.948)		(90.194)		(91.477)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	951.321		806.165		850.588		759.679	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		34.891		12.231	
Receitas Financeiras	59.419		76.213		53.204		73.537	
	<u>59.419</u>		<u>76.213</u>		<u>88.095</u>		<u>85.768</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.010.740		882.378		938.683		845.447	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	72.093	7,13	74.614	8,46	66.804	7,12	72.192	8,54
Remuneração direta	47.802	4,73	51.000	5,78	43.482	4,64	49.136	5,81
Benefícios	18.322	1,81	16.798	1,90	17.624	1,88	16.364	1,94
FGTS	3.769	0,37	3.662	0,42	3.498	0,37	3.537	0,42
Outras	2.200	0,22	3.154	0,36	2.200	0,23	3.155	0,37
Impostos, Taxas e Contribuições	448.490	44,37	404.474	45,84	421.441	44,90	390.174	46,15
Federais	352.900	34,92	321.791	36,47	326.748	34,81	308.480	36,48
Estaduais	94.738	9,37	81.679	9,26	94.130	10,03	81.225	9,61
Municipais	852	0,08	1.004	0,11	563	0,06	469	0,06
Remuneração de Capitais de Terceiros	243.782	24,12	170.778	19,35	204.063	21,74	150.569	17,81
Juros	238.900	23,64	168.391	19,08	199.554	21,26	148.341	17,55
Aluguéis	4.882	0,48	2.387	0,27	4.509	0,48	2.228	0,26
Remuneração de Capitais Próprios	246.375	24,38	232.512	26,35	246.375	26,24	232.512	27,50
Lucros Retidos	246.375	24,38	232.512	26,35	246.375	26,24	232.512	27,50
	<u>1.010.740</u>	<u>100</u>	<u>882.378</u>	<u>100</u>	<u>938.683</u>	<u>100</u>	<u>845.447</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais –CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a Empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui 48 Usinas, sendo 43 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operações em 2009;
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operações em agosto de 2009;

- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. A TAESA possui as seguintes sociedades, por ela controlada: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”)
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em setembro de 2010.
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;

Controladas em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari Energia”) (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;

- Madeira Energia S.A. (“Madeira Energia”) (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial em 2012;
- Lightger (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação da primeira máquina em outubro de 2011.
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em final de maio de 2011;

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21– Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITRs foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

2.2 Reapresentação das Informações Trimestrais

Em função da adoção das novas normas contábeis emitidas pelo CPC em 31 de dezembro de 2010, a Companhia adotou essas novas normas contábeis na Demonstração do Resultado referente ao 1º trimestre de 2010.

Os efeitos no resultado para o 1º trimestre de 2010 decorrentes da adoção das novas normas contábeis são como abaixo demonstrados. Os efeitos dos ajustes, em cada trimestre do exercício de 2010 podem ser verificados nas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010.

	1º Trimestre 2010
Resultado do Trimestre anteriormente apresentado	256.153
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	(30.500)
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	(394)
Ativos de concessões de Transmissão Nova - ICPC01 EOCPC05	224
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	2
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	1.538
Obrigações Pós Emprego	(2.591)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	8.080
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	(23.641)
Resultado do Trimestre Ajustado (Reapresentado)	232.512

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Informações Trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As Informações Trimestrais de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Informações Trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Informações Trimestrais individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Informações Trimestrais das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	Participação direta no capital total - %	
	31/03/2011	31/12/2010
Controlada		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
Controladas em conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	56,69	56,69
Lightger	49,00	49,00

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Contas Bancárias	37.931	17.701	15.521	9.772
Aplicações Financeiras				
Certificados de depósitos bancários	1.055.413	1.456.291	890.929	1.289.130
Letras Financeiras do tesouro	157.683	116.588	33.346	27.428
Notas do Tesouro Nacional	114.230	-	-	-
Outros	140.850	171.237	84.728	75.883
	1.468.176	1.744.116	1.009.003	1.392.441
	1.506.107	1.761.817	1.024.524	1.402.213

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Certificados de depósitos bancários	845.144	319.277	845.144	319.277
	845.144	319.277	845.144	319.277

Os títulos e valores mobiliários referem-se as aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 90 dias.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2011	31/12/2010
Controladora					
Industrial	208.021	5.545	1.757	215.323	184.737
Comércio, Serviços e Outras	1.292	-	-	1.292	1.125
Suprimento a Outras Concessionárias	124.560	32.990	-	157.550	203.737
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	-	46.806	46.806	-
Total Controladora	333.873	38.535	48.563	420.971	389.599
Controladas					
Industrial	921	-	-	921	695
Comércio, Serviços e Outras	4.758	-	-	4.758	7.007
Suprimento a Outras Concessionárias	5.759	-	-	5.759	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	84	-	-	84	-
	11.522	-	-	11.522	7.702
Total Consolidado	345.395	38.535	48.563	432.493	397.301

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 26.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Circulante				
ICMS a Recuperar	32.312	35.109	30.428	33.191
PASEP	2.037	2.458	1.944	2.197
COFINS	9.290	10.189	9.036	10.134
Outros	3.541	656	684	445
	47.180	48.412	42.092	45.967
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	5.824	6.598	5.610	6.384
PASEP	623	1	515	559
COFINS	2.868	3.133	2.371	2.574
	9.315	9.732	8.496	9.517
	56.495	58.144	50.588	55.484

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para não circulante foi feita de acordo com estimativas dos valores que deverão ser realizados até março de 2012.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de Renda	170.829	115.955	158.330	98.976
Contribuição Social	58.329	37.764	57.550	36.990
	229.158	153.719	215.880	135.966
Não Circulante				
Imposto de Renda	2.810	3.319	-	-
	1.012	-	-	-
	3.822	3.319	-	-
	232.980	157.038	215.880	135.966

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal / Base negativa	223.932	231.731	-	-
Obrigações Pós-Emprego	80.656	79.508	80.656	79.508
Variação Cambial	35.630	35.585	35.630	35.585
Taxa Administração – IFRS	744	745	744	745
Concessão onerosa – IFRS	58.714	57.330	58.714	57.330
Tributos Exigibilidade Suspensa	22.377	20.311	22.377	20.311
Provisões	2.072	2.002	2.072	2.002
Ágio na Incorporação	81.350	84.166	-	-
Outros	47.324	58.507	1.766	6.853
	552.799	569.885	201.959	202.334

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 16 de março de 2011, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de março de 2011, conforme abaixo:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
	31/03/2011	31/03/2011
2011	129.875	59.706
2012	105.731	35.563
2013	105.731	35.563
2014	105.731	35.563
2015 a 2016	105.731	35.564
	552.799	201.959

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	371.763	356.570	356.144	349.448
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(126.399)	(121.234)	(121.089)	(118.812)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Prejuízo Fiscal	-	(1.894)	-	-
Incentivos Fiscais	1.063	5.452	1.063	711
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	12.227	4.216
Contribuições e Doações Indedutíveis	(179)	(50)	(179)	(50)
Créditos Fiscais não reconhecidos	49	178	49	178
Outros	78	(6.510)	(1.840)	(3.179)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(125.388)	(124.058)	(109.769)	(116.936)
Imposto Corrente	(121.171)	(129.700)	(118.609)	(122.360)
Imposto Diferido	(4.217)	5.642	8.840	5.424
Alíquota Efetiva	33,73%	34,79%	30,82%	33,46%

Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

O Ministério de Integração Nacional por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da TAESA o benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os depósitos vinculados a litígio referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente a exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Trabalhista	34.809	34.875	34.736	34.801
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	87.151	78.266	86.860	78.266
Outros	2.440	2.282	1.388	988
Outros	2.689	2.486	1.750	1.687
	135.103	125.923	132.748	123.756

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16.

11. ATIVOS FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de transmissão de energia e de geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC.01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Concessões de transmissão novas	2.740.913	2.743.677	-	-
Concessões de transmissão antigas	741.962	744.697	741.962	744.697
	3.482.875	3.488.374	741.962	744.697
Circulante	494.695	360.508	42.362	42.362
Não Circulante	2.988.180	3.127.866	699.600	702.335

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão	24.905	23.164
Guanhães Energia	10.363	10.333
Hidrelétrica Pipoca	17.673	18.031
Cemig Baguari Energia	5	6
Madeira Energia	33.956	9.981
Lightger	34.530	35.325
Baguari Energia	187.184	181.373
EBTE	118.921	114.839
Central Eólica Praias de Parajuru	34.384	35.104
Central Eólica Volta do Rio	54.008	58.346
Central Eólica Praias de Morgado	25.183	27.134
TAESA	1.478.799	1.437.839
Ágio na Aquisição de Participação na TAESA	664.705	670.978
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru	28.114	28.582
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio	19.546	22.198
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado	39.225	39.711
	2.771.501	2.712.944

a) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto são como segue:

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2011			Janeiro a março de 2011	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	50.826	-	3.553
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.150	-	1.543
Hidrelétrica Pipoca	40.610.000	49,00	40.610	35.317	-	(1.679)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	4	-	(2)
Madeira Energia	359.100.000	10,00	663.100	339.559	-	(72.772)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	268.596	-	7.142
EBTE	198.200.000	49,00	219.759	242.695	-	8.328
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	70.171	-	(2.396)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	110.221	-	(11.700)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	51.394	-	(6.769)
Lightger	70.085.000	49,00	70.085	70.470	-	(1.622)
TAESA	263.498.907	56,69	1.312.536	1.985.300	-	72.030

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2010			Janeiro a março de 2010	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	46.132	1.298	2.433
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	20.870	-	1.262
Hidrelétrica Pipoca	35.382.415	49,00	40.610	35.487	-	(1.644)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	18	-	(41)
Madeira Energia	100.000	10,00	100	(109.239)	-	(52.760)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	260.499	-	(100)
EBTE	49.604.465	49,00	156.499	156.499	-	5.437
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	71.284	70.074	57	(1.323)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	120.806	120.522	-	(632)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	55.510	54.815	-	(496)
TAESA	263.498.907	32,27	1.312.536	1.945.795	-	66.850
Transmissora Alterosa	34.253.504	49,00	34.254	19.651	-	(11.491)

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2010	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	31/03/2011
Hidrelétrica Cachoeirão	23.164	1.741	-	-	-	24.905
Guanhães Energia	10.333	755	-	-	(725)	10.363
Hidrelétrica Pipoca	18.031	823	-	-	(1.181)	17.673
Cemig Baguari Energia	6	(2)	-	-	1	5
Madeira Energia	9.981	(7.277)	30.400	-	852	33.956
Baguari Energia	181.373	4.956	858	-	(3)	187.184
EBTE	114.839	4.082	-	-	-	118.921
Central Eólica Praias de Parajuru	35.104	(1.175)	-	-	455	34.384
Central Eólica Volta do Rio	58.346	(5.733)	-	-	1.395	54.008
Central Eólica Praias de Morgado	27.134	(3.317)	-	-	1.366	25.183
TAESA	1.437.839	40.833	-	-	127	1.478.799
Lightger	35.325	(795)	-	-	-	34.530
	1.951.475	34.891	31.258	-	2.287	2.019.911

b) Mais valia de ativos nas aquisições de Participação

A mais valia de ativos nas empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre da mais valia das concessões (intangível) e do Ativo Financeiro das concessões. A mais valia desses ativos, que possuem vida útil definida, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

13. IMOBILIZADO

Controladora	31/03/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	16.544.813	(10.816.443)	5.728.370	5.818.946
Terrenos	380.026	-	380.026	380.027
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.225.403	(4.618.157)	2.607.246	2.642.337
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.975.318	(1.399.157)	576.161	587.758
Máquinas e Equipamentos	6.937.207	(4.782.027)	2.155.180	2.198.373
Veículos	16.370	(7.326)	9.044	9.704
Móveis e Utensílios	10.489	(9.776)	713	747
Em Curso	137.319	-	137.319	128.593
Imobilizado Líquido - Controladora	<u>16.682.132</u>	<u>(10.816.443)</u>	<u>5.865.689</u>	<u>5.947.539</u>

Consolidado	31/03/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço - Controladas	91.632	(4.542)	87.090	56.199
Terrenos	889	-	889	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	46.921	(1.008)	45.913	22.540
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	19.785	(1.173)	18.612	10.998
Máquinas e Equipamentos	22.754	(1.842)	20.912	21.033
Veículos	231	(101)	130	86
Móveis e Utensílios	1.052	(418)	634	653
Em Curso - Controladas	1.094.991	-	1.094.991	1.020.736
Total do Imobilizado - Controladas	<u>1.186.623</u>	<u>(4.542)</u>	<u>1.182.081</u>	<u>1.076.935</u>
Imobilizado Líquido - Consolidado	<u>17.868.755</u>	<u>(10.820.985)</u>	<u>7.047.770</u>	<u>7.024.474</u>

Movimentação 2011

Controladora	Saldo em 31/12/2010	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2011
Em Serviço	5.818.946	-	(1)	(90.575)	5.728.370
Terrenos	380.027	-	(1)	-	380.026
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.642.337	-	-	(35.091)	2.607.246
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	587.758	-	-	(11.597)	576.161
Máquinas e Equipamentos	2.198.373	-	-	(43.193)	2.155.180
Veículos	9.704	-	-	(660)	9.044
Móveis e Utensílios	747	-	-	(34)	713
Em Curso	128.593	8.726	-	-	137.319
Imobilizado Líquido - Controladora	<u>5.947.539</u>	<u>8.726</u>	<u>(1)</u>	<u>(90.575)</u>	<u>5.865.689</u>

Consolidado	Saldo em 31/12/2010	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2011
Em Serviço - Controladas	56.199	31.277	-	(386)	87.090
Terrenos	889	-	-	-	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	22.540	23.498	-	(125)	45.913
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	10.998	7.703	-	(89)	18.612
Máquinas e Equipamentos	21.033	-	-	(121)	20.912
Veículos	86	67	-	(23)	130
Móveis e Utensílios	653	9	-	(28)	634
Em Curso - Controladas	1.020.736	74.255	-	-	1.094.991
Imobilizado Líquido - Controladas	1.076.935	105.532	-	(386)	1.182.081
Imobilizado Líquido - Consolidado	7.024.474	114.258	(1)	(90.961)	7.047.770

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão, exceto quanto às eólicas, prevêm que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,46%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,0	Chave Sistema	3,3	Software	20,0
Gerador	3,3	Disjuntor	3,0	Veículos	20,0
Turbina Hidráulica	2,5	Torre Metálica	2,5	Equipamento Geral	10,0
Casa de Força	2,0	Transformador de Força	2,5	Edificação	4,0
Barragem	2,0	Condutor nu de alumínio	2,5		
Equipamento Geral	10,0	Equipamento Geral	10,0		
Equipamentos de Tomada d'água	3,7	Religadores	4,3		
Estrutura de Tomada d'água	4,0				
Conduto Forçado	3,1				

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

CONSÓRCIOS

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível, Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008, da Cemig Geração e Transmissão da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2010	2009	01/01/2009
Em serviço					
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.627	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,64	182.360	182.360	181.402
Usina de Queimado	82,50%	2,45	206.729	206.724	193.599
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	549.537	549.538	543.684
Depreciação acumulada			(165.303)	(138.115)	(111.658)
Total em operação			867.504	894.686	901.206
Em curso					
Usina de Queimado	82,50%		1.579	-	13.125
Usina de Funil	49,00%		648	739	755
Usina de Aimorés	49,00%		1.187	759	5.853
Usina Igarapava	14,50%		1.171	-	-
Usina Porto Estrela	33,33%		156	-	-
Total em construção			4.741	1.498	19.733
Total de Consórcios - Controladora			872.245	896.184	920.939
Usina de Baguari - em construção	34,00%		181.416	178.960	140.363
Total de Consórcios - Consolidado			1.053.661	1.075.144	1.061.302

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

14. INTANGÍVEL

Controladora	31/03/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço				
Com Vida Útil Definida	72.036	(39.043)	32.993	33.460
- Direito de uso de softwares	32.464	(30.300)	2.164	-
- Marcas e Patentes	2	(1)	1	-
- Servidão	12.815	(1.452)	11.363	11.408
- Outros	-	-	-	2.371
- Concessão Onerosa	26.755	(7.290)	19.465	19.681
Em Curso				
- Ativos em formação	788	-	788	711
Intangível Líquido - Controladora	72.824	(39.043)	33.781	34.171

Consolidado	31/03/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	528.729	(63.852)	464.877	474.480
Servidão	12.911	(1.452)	11.459	11.506
Concessão onerosa	26.755	(7.290)	19.465	19.681
Ativos da concessão	364.532	(19.836)	344.696	349.864
Direito Exploração de Concessão Serviço Público	91.853	(4.970)	86.883	90.489
Outros	32.678	(30.304)	2.374	2.940
Em Curso				
Ativos em formação	3.363	-	3.363	3.239
Intangível Líquido - Consolidado	532.092	(63.852)	468.240	477.719

A movimentação do Ativo Intangível em 2011 é como segue:

Controladora	31/12/2010	Adição	Amortização	Transferência	31/03/2011
Em Serviço					
Com Vida Útil Definida	33.460	-	(261)	(206)	32.993
- Direito de Uso de Software	-	-	-	2.164	2.164
- Marcas e Patentes	-	-	-	1	1
- Servidão	11.408	-	(45)	-	11.363
- Outros	2.371	-	-	(2.371)	-
- Concessão onerosa	19.681	-	(216)	-	19.465
Em Curso					
Ativos em formação	711	77	-	-	788
Intangível Líquido - Controladora	34.171	77	(261)	(206)	33.781

Consolidado	31/12/2010	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	31/03/2011
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida	474.480	-	(2.524)	(6.873)	(206)	464.877
- Servidão	11.506	-	-	(47)	-	11.459
- Concessão onerosa	19.681	-	-	(216)	-	19.465
- Ativos da Concessão	349.864	-	-	(5.168)	-	344.696
- Direito Exploração de Concessão do Serviço Público	90.489	-	(2.524)	(1.082)	-	86.883
- Outros	2.940	-	-	(360)	(206)	2.374
Em Curso						
Ativos em formação	3.239	124	-	-	-	3.363
Intangível Líquido - Consolidado	477.719	124	(2.524)	(6.873)	(206)	468.240

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, e que vem sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos na ReN ANEEL nº367/09.

15. FORNECEDORES

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Mercado Atacadista - CCEE	102	11.624	102	11.624
Cemig Distribuição	3.053	3.066	3.053	3.066
Furnas	3.637	3.708	3.637	3.708
CTEEP – Cia. Trans. Energia Elétrica Paulista	2.934	3.000	2.934	3.000
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	2.457	2.510	2.457	2.510
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	2.309	2.360	2.309	2.360
Eletrosul – Centrais Elétricas	1.790	1.838	1.790	1.838
Outros Geradores e Distribuidores	84.467	51.292	79.541	52.638
	100.749	79.398	95.823	80.744
Materiais e Serviços	58.329	96.394	17.316	34.383
	159.078	175.792	113.139	115.127

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Circulante				
ICMS	28.873	27.914	28.599	27.535
COFINS	25.128	20.716	23.786	19.501
PASEP	5.462	4.503	5.164	4.234
INSS	3.540	4.794	3.224	4.202
Outros	3.263	2.327	2.039	899
	66.266	60.254	62.812	56.371
Não Circulante				
COFINS	116.444	109.921	73.543	66.751
PASEP	25.280	23.848	15.966	14.492
	141.724	133.769	89.509	81.243
	207.990	194.023	152.321	137.614

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

b) Impostos de Renda e Contribuições Sociais

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de Renda	97.031	5.556	92.095	-
Contribuição Social	32.842	2.679	32.070	-
	129.873	8.235	124.165	-
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	421.561	436.995	416.281	427.143
Contribuição Social	249.168	254.053	149.862	153.772
	670.729	691.048	566.143	580.915
	800.602	699.283	690.308	580.915

As obrigações diferidas de Não Circulante de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao efeito fiscal do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica de tributos compensáveis.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Consolidado IFRS							
31/03/2011							31/12/2010
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.591	-	2.591	3.809
Dívida referente a Moeda Estrangeira				2.591	-	2.591	3.809
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	276.193	484.111	760.304	738.852
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	26.671	44.638	71.309	69.187
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	3.125	30.000	33.125	32.208
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	43.091	900.000	943.091	917.842
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	50.151	84.215	134.366	130.358
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	785	1.551	2.336	2.405
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.048	109.374	117.422	119.336
Bradesco S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	39.818	68.192	108.010	104.795
Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70	R\$	498	910	1.408	1.366
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R\$	249.717	-	249.717	243.038
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (4)(6)	2031	IGP-M	R\$	-	42.931	42.931	37.083
Debêntures(4)(15)	2015	IPCA+7,68 *	R\$	18.493	1.225.748	1.244.241	1.286.783
Debêntures(4)(15)	2015	0,042 **	R\$	(477)	(1.330)	(1.807)	(1.923)
Debêntures(4)(15)	2012	CDI+0,90 *	R\$	1.603.185	-	1.603.185	1.727.685
Debêntures(4)(15)	2012	0,1051 **	R\$	(1.306)	-	(1.306)	(1.711)
ELETROBRÁS	2013	el+7,50 a 8,50	R\$	12.652	21.087	33.739	36.724
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	7.647	14.857	22.504	22.969
UNIBANCO S.A	2013	CDI+1,70	R\$	53.703	89.531	143.234	138.962
FINEP (9)	2015	TJLP+5,00	R\$	2.624	11.982	14.606	15.002
Consórcio Pipoca	2011	IPCA	R\$	185	-	185	270
Unibanco S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	539	5.748	6.287	6.460
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	2.049	22.767	24.816	25.500
BNDES (7)	2033	TJLP+2,40	R\$	-	297.400	297.400	262.420
Debêntures (7)	2013	IPCA	R\$	-	189.296	189.296	182.188
BNDES (Repasse) (7)	2033	TJLP+3,8	R\$	-	281.184	281.184	247.502
Banco da Amazônia (7)	2029	TJLP+4,0	R\$	-	71.560	71.560	68.656
BNDES (8)	2024	TJLP+2,50	R\$	3.023	38.798	41.821	42.118
CEF (10)	2022	TJLP+3,50	R\$	6.602	59.973	66.575	67.128
CEF (11)	2022	TJLP+3,50	R\$	5.413	48.262	53.675	54.157
CEF (12)	2021	TJLP+3,50	R\$	8.901	89.001	97.902	96.601
BNDES (13)	2018	TJLP	R\$	271	1.540	1.811	1.923
BNDES (13)	2018	UMBND\$	R\$	1.769	10.027	11.796	12.225
CEF(13)(16)	2016	117,5 do CD I *	R\$	2.471	10.094	12.565	13.155
CEF(13)(16)	2016	0,059 **	R\$	(80)	(150)	(230)	(252)
Debêntures(13)(4)(15)	2015	CDI+1,30 *	R\$	16.731	195.591	212.322	206.203
Debêntures(13)(4)(15)	2015	0,013 **	R\$	(300)	(539)	(839)	(911)
Debêntures(13)(4)(15)	2015	IPCA+7,91 *	R\$	7.663	151.032	158.695	152.291
Debêntures(13)(4)(15)	2015	0,01 3**	R\$	(225)	(403)	(628)	(687)
Debêntures(13)(4)(15)	2017	106 do CDI *	R\$	16.574	461.973	478.547	464.609
Debêntures(13)(4)(15)	2017	0,0069 **	R\$	(477)	(1.901)	(2.378)	(2.440)
Sindicato Bancos Novatrans (13)	2013	CDI+0,90	R\$	6.952	18.447	25.399	27.696
BNDES(14)	2024	TJLP + 2,56	R\$	5.834	68.138	73.972	72.468
BNDES(14)	2019	4,50	R\$	1.165	10.684	11.849	11.720
Dívida referente a Moeda Nacional				2.479.678	5.156.319	7.635.997	7.631.961
Total Geral				2.482.269	5.156.319	7.638.588	7.635.770

(1) a (3) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

(8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.

(9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

(11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.

(12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.

(13) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA

(14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE

(15) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :

* Taxa contratual

** Taxa efetiva do custo de transação

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moedas									
Euro	1.303	1.288	-	-	-	-	-	-	2.591
	1.303	1.288	-	-	-	-	-	-	2.591
Indexadores									
UMBND\$	205	330	264	264	264	264	220	-	1.811
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	42.931	42.931
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	9.489	12.652	11.598	-	-	-	-	-	33.739
Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	25.814	123.117	519.696	454.287	467.068	-	-	-	1.589.982
Certificado Depósito Interbancário – CDI	828.459	2.512.388	557.972	487.886	187.773	111.678	110.515	-	4.796.671
URTJ	38.365	32.476	41.263	65.138	74.921	77.899	77.612	763.189	1.170.863
	902.332	2.680.963	1.130.793	1.007.575	730.026	189.841	188.347	806.120	7.635.997
	903.635	2.682.251	1.130.793	1.007.575	730.026	189.841	188.347	806.120	7.638.588

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição no trimestre findo em 31/03/2011 %	Varição Acumulada em 2011 %	Indexadores	Varição no trimestre findo em 31/03/2011 %	Varição Acumulada em 2011 %
			IGPM	2,43	2,43
Euro	3,81	3,81	IPCA	2,28	2,28
			FINEL	0,48	0,48
			CDI	2,60	2,60
			SELIC	2,65	2,65

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.635.770	5.625.040
Empréstimos e Financiamentos obtidos	58.790	-
Varição monetária e cambial	38.641	31.535
Encargos financeiros provisionados	188.896	140.529
AVP	1.481	1.481
Encargos Financeiros Pagos	(237.857)	(234.302)
Amortização de financiamentos	(47.873)	(39.614)
Amortização custo transação	740	522
Saldo em 31 de março de 2011	7.638.588	5.525.191

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Reserva Global de Reversão - RGR	13.325	14.929	13.269	14.032
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	9.877	9.844	9.877	9.844
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.469	6.169	6.470	6.169
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.644	1.605	1.633	1.605
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	2.935	3.279	2.935	3.279
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	5.487	5.411	5.193	5.267
Pesquisa e Desenvolvimento	88.445	85.545	82.188	79.822
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.743	2.707	2.596	2.635
	130.925	129.489	124.161	122.653
Passivo Circulante	91.458	97.148	84.694	90.312
Passivo Não Circulante	39.467	32.341	39.467	32.341

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig GT mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Trimestrais

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2010.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$196.529 em 31 de março de 2011 (R\$196.873 em 31 de dezembro de 2010) e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Para as obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada no parágrafo anterior, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	196.873	121.690	6.605	105.175	430.343
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	7.333	3.806	77	3.063	14.279
Contribuições Pagas	(7.677)	(2.916)	(46)	(607)	(11.246)
Passivo Líquido em 31 de março de 2011	196.529	122.580	6.636	107.631	433.376
Passivo Circulante	16.915	-	-	-	16.915
Passivo Não Circulante	179.614	122.580	6.636	107.631	416.461

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituem provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda for considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, conforme segue:

	Consolidado IFRS			
	Saldo em 31/12/2010	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 31/03/2011
Trabalhistas				
Diversos	1.433	53	-	1.486
Cíveis				
Ambiental	3.185	67	-	3.252
Outras	1.610	153	-	1.763
Fiscais				
Outras	620	10	-	630
Regulatórios				
ANEEL	162	4	-	166
Total	7.010	287	-	7.297

	Controladora BRGAAP			
	Saldo em 31/12/2010	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 31/03/2011
Trabalhistas				
Diversos	1.393	53	-	1.446
Cíveis				
Ambiental	3.185	67	-	3.252
Outras	648	72	-	720
Fiscais				
Outras	501	10	-	511
Regulatórios				
ANEEL	162	4	-	166
Total	5.889	206	-	6.095

Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Companhia foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera a expectativa de perda mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, no valor de R\$3.252, que está devidamente provisionada.

Passivos Contingentes

Adicionalmente, há processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço, no montante total de R\$297.099, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas Informações Trimestrais, demonstrados os principais a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandato de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$28.716, registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios.

Adicionalmente, a Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração questionando o não pagamento das contribuições sociais previdenciárias (parcela patronal) relativas ao anuênio indenizado, para prevenir decadência, no valor de R\$16.754.

A Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração questionando o não pagamento de contribuições sociais previdenciárias (parcela patronal) e contribuições destinadas a outras entidades ou fundos, relativas às competências de 01/2005 a 12/2006, incidentes sobre pagamentos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados, ticket-alimentação, ajuda de custo para formação (auxílio-educação) e alíquota adicional sobre remunerações de empregados expostos a riscos no ambiente de trabalho. O montante da contingência é de R\$62.511.

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, no montante de R\$44.180, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais.

Consórcio UHE Aimorés

Indenização por danos morais e materiais, devido os prejuízos causados com a construção da Barragem e da Casa de Força da Usina Hidroelétrica de Aimorés, que diminuíram a incidência de peixes no rio Doce e, conseqüentemente, a renda dos autores, que são pescadores na região. O montante da contingência é de R\$19.827 e a participação da Companhia no consórcio é de 49%, o que representa uma cota parte de R\$9.715 nesta ação.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2010, o Capital Social da Cemig Geração Transmissão era de R\$3.296.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2011, a destinação de R\$1.131.813 ao pagamento de dividendo na seguinte forma: Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R\$213.773, Dividendo Intermediário no montante de R\$394.161 como antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2010, Dividendo Complementares de 201 no montante de R\$421.970 e Dividendo Complementar no montante de R\$101.909 utilizando o saldo de lucros acumulados advindos da adoção das novas normas contábeis. Os pagamentos dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio serão realizados em duas parcelas, 50% até 30 de junho de 2011 e 50% até 30 de dezembro de 2011, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	989.012	837.266	973.709	831.626
Receita de uso da rede – com impostos	197.864	190.308	191.497	190.308
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	34.871	21.696	-	-
Receita de Infra-estrutura – com impostos	7.478	25.152	6.838	-
Remuneração de ativos da concessão – com impostos	52.692	33.816	-	-
Outras receitas operacionais	3.161	6.050	3.107	6.017
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(270.991)	(228.811)	(261.606)	(223.075)
	1.014.087	885.477	913.545	804.876

(a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado IFRS			
	MWh		R\$	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Industrial	4.674.186	4.165.106	554.900	473.504
Comercial	20.414	6.362	6.102	1.077
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	31.573	(4.517)
	4.694.600	4.171.468	592.575	470.064
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	3.628.113	3.667.385	345.205	329.037
Transações com energia na CCEE	1.369.444	1.114.230	47.759	35.618
Vendas no Proinfa	12.261	10.392	3.473	2.547
Total	9.704.418	8.963.475	989.012	837.266

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de uso da rede

A Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema interligado brasileiro.

(c) Impostos incidentes sobre a receita

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Tributos sobre a Receita				
ICMS	94.460	81.333	93.867	80.888
COFINS	89.919	78.112	86.538	75.515
PIS-PASEP	19.520	16.957	18.787	16.394
ISSQN	90	137	86	133
	203.989	176.539	199.278	172.930
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	27.296	23.104	23.819	21.571
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.768	8.588	9.768	8.588
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	15.759	7.223	15.759	7.223
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.673	3.531	3.570	2.937
Fundo Nac. Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	3.577	2.937	3.572	2.937
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.787	1.469	1.785	1.469
PROINFA	4.142	5.420	4.055	5.420
	67.002	52.272	62.328	50.145
	270.991	228.811	261.606	223.075

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Pessoal (a)	74.775	72.087	68.403	69.145
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	5.191	6.896	5.191	6.896
Obrigações Pós-Emprego	6.946	4.760	6.946	4.760
Materiais	3.701	4.650	3.102	3.589
Serviços de Terceiros (b)	29.724	34.864	26.131	25.577
Depreciação e Amortização	94.705	94.948	90.194	91.477
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	35.392	35.385	35.392	35.325
Provisões Operacionais (reversão)	61	(427)	61	(427)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	57.403	64.148	59.605	63.718
Energia Elétrica Comprada para Revenda	137.818	73.773	137.808	73.763
Custo de Construção	9.845	25.031	6.838	-
Outros Custos Operacionais Líquidos	7.271	20.431	6.275	18.853
	462.832	436.546	445.946	392.676

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Remunerações e Encargos	64.508	59.975	58.136	57.033
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.114	4.186	4.114	4.186
Benefícios Assistenciais	6.477	6.495	6.477	6.495
	75.099	70.656	68.727	67.714
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(2.524)	(1.723)	(2.524)	(1.723)
	72.575	68.933	66.203	65.991
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	2.200	3.154	2.200	3.154
	74.775	72.087	68.403	69.145

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Comunicação	1.941	1.396	1.416	1.054
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	4.442	3.448	3.487	2.304
Conservação e Limpeza de Prédios	5.379	4.516	5.115	4.283
Mão de Obra Contratada	1.047	813	964	810
Fretes e Passagens	789	855	568	692
Hospedagem e Alimentação	1.055	1.045	1.053	1.036
Vigilância	2.514	2.232	2.512	2.222
Consultoria	1.173	6.525	585	288
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.249	453	1.228	453
Manutenção e Conservação de Veículos	1.091	1.085	1.013	1.021
Energia Elétrica	1.324	1.187	1.184	1.080
Meio Ambiente	3.032	3.549	2.973	3.431
Outros	4.688	7.760	4.033	6.903
	29.724	34.864	26.131	25.577

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	56.036	66.056	46.508	63.085
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	624	2.798	624	2.796
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	-	(1.724)	-	(1.122)
Variações Cambiais	17	825	17	825
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(10)	(183)	4	(179)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 26)	-	347	-	347
Ajuste a Valor Presente	2.258	2.498	2.258	2.498
Outras	484	5.413	3.797	5.109
	59.409	76.030	53.208	73.359
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(178.414)	(140.397)	(141.051)	(124.212)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(7.333)	(6.894)	(7.333)	(6.894)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(31.404)	(12.673)	(31.402)	(9.764)
Variações Cambiais	(133)	(729)	(133)	(729)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(9.613)	(9.888)	(9.613)	(9.888)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 26)	-	(381)	-	(381)
Ajuste a Valor Presente	(4)	6.019	(4)	6.019
Outras	(12.000)	(3.448)	(10.018)	(2.493)
	(238.901)	(168.391)	(199.554)	(148.342)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(179.492)	(92.361)	(146.346)	(74.983)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
CEMIG								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	46.819	46.819	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	-	-	5.300	5.357	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	2.673	2.663	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	11.762	10.039	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	12.333	14.495	-	-	27.984	32.603	(1.313)	(1.000)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	14.489	14.327	3.149	3.163	32.429	31.428	-	(13.889)
Outros	568	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	476	476	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	-	-	104	104	5.678	2.993	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	106	106	1	1	960	653	6	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (4)	32.312	35.109	-	27.914	-	(81.333)	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	5.824	6.598	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	42.931	37.083	-	-	(5.848)	(1.107)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (3)	-	-	16.915	17.033	-	-	(6.946)	(7.728)
Outros	-	-	7.703	15.236	-	-	-	-
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante (3)	-	-	416.461	413.310	-	-	-	-
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(4.114)	(4.186)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(6.964)	(1.185)
OUTROS								
Não Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	75	38	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.

(2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.

(3) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide nota explicativa nº 17 e serão amortizados até o exercício de 2024.

(4) As operações com ICMS registradas nas Informações Trimestrais referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(5) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.

(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 7, 16, 17, 19, 22, 23 e 24.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas contraladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixas, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas contraladas foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as Aplicações Financeiras, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item ‘b’). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria o caixa e equivalentes de caixa, os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros:		
Caixa e equivalentes de Caixa	1.506.107	1.761.817
Créditos com consumidores	432.493	397.301
Depósitos vinculados	135.103	125.923
Créditos com controladas	18.804	4.529
	2.092.507	2.289.570
Valor justo por meio do resultado:		
Mantidos para negociação		
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	845.144	319.277
Passivos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Fornecedores	159.175	175.792
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.638.588	7.635.770
	7.797.763	7.811.562

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Euro em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	31/03/2011	31/12/2010
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	2.591	3.809
Passivo Líquido Exposto	2.591	3.809

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2012 será de 1,91% (Euro R\$2,358). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	2.591	2.642	3.302	3.962
Passivo Líquido Exposto	2.591	2.642	3.302	3.962
Efeito Líquido da Variação Cambial		(50)	(711)	(1.371)

Risco de Taxa de juros

A Cemig Geração e Transmissão e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2011. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado IFRS	
	31/03/2011	31/12/2010
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	1.468.176	1.744.116
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	845.144	319.277
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debentures (nota 17)	(4.796.671)	(4.836.015)
Passivo Líquido Exposto	(2.483.351)	(2.772.622)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 31 de março de 2012 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, Otimista e Pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	31/03/2011	Período até 31 de março de 2012		
	Cenário Base SELIC 11,75%	Cenário Provável SELIC 11,75%	Cenário Possível SELIC 14,6875%	Cenário Remoto SELIC 17,625%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	1.468.176	1.640.687	1.683.814	1.726.942
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	845.144	952.900	979.839	1.006.778
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(4.796.671)	(5.360.280)	(5.501.182)	(5.642.084)
Passivo Líquido Exposto	(2.483.351)	(2.766.693)	(2.837.529)	(2.908.364)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(283.342)	(354.178)	(425.013)

Risco de Liquidez

A Cemig GT administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A empresa utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As Gerências de Orçamento, de Tesouraria e de Gestão de Participações, realizam reuniões semanais de acompanhamento das variáveis. Mensalmente, são realizadas reuniões que envolvem todas as áreas da Diretoria Financeira. Nestas reuniões são discutidos os principais temas que afetam o fluxo de caixa das empresas:

- Necessidades de captação;
- Prazo das aplicações financeiras;
- Fluxo de dividendos;
- Acompanhamento da receita;
- Programa de investimentos;
- Principais despesas operacionais;

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Cemig GT estabelece em seu Estatuto Social um valor de caixa mínimo operacional para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando de forma eficiente no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado, sem riscos de mercado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é, substancialmente, gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovados mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos nestas operações não representaram ganho ou perda em 31 de março de 2011 e representou um ganho em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$168 , respectivamente, registradas no resultado financeiro.

A contraparte da operação de derivativos da Cemig Geração e Transmissão é o banco Credit Suisse First Boston e os contratos são de *swap* cambial.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação proativa relativa ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e sua controlada em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2011
Cemig Geração e Transmissão S.A.											
R\$106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação Cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	-	R\$75.000	-	100	-	100	-	-
Madeira Energia S.A.											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão		R\$120.000	3.563	2.235	3.563	2.235	-	-
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção		R\$2.375						
						33	44	33	44	-	-
						<u>3.596</u>	<u>2.379</u>	<u>3.596</u>	<u>2.379</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos Derivativos.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/03/2011	31/12/2010
Total do Passivo	9.727.199	9.614.679
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.506.107	1.761.817
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	845.144	319.277
Dívida Líquida	7.375.948	7.533.585
Total do Patrimônio Líquido	5.297.872	5.050.645
Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	2.245	1.393
Capital Ajustado	5.295.627	5.049.425
Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado	1,39	1,49

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de março, 2011	Valor justo em 31 de março de 2011		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Equivalentes de Caixa				
Certificados de Depósitos Bancários	1.055.413	-	1.055.413	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	157.683	157.683	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTFs)	114.230	114.230	-	-
Depósitos Overnight	140.850	-	140.850	-
	1.468.176	271.913	1.196.263	-
Títulos e Valores Mobiliários	845.144	-	845.44	-

Metodologia de cálculo do valor justo

- a) O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

- b) Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swaps da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

29. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia	989.012	-	-	989.012
Receita de uso da Rede	58.453	237.451	(2.999)	292.905
Outras Receitas	2.003	1.158	-	3.161
	<u>1.049.468</u>	<u>238.609</u>	<u>(2.999)</u>	<u>1.285.078</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	<u>(216.152)</u>	<u>(54.839)</u>	<u>-</u>	<u>(270.991)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	833.316	183.770	(2.999)	1.014.087
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(137.818)	-	-	(137.818)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(60.402)	-	2.999	(57.403)
	<u>(198.220)</u>	<u>-</u>	<u>2.999</u>	<u>(195.221)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(43.307)	(31.468)	-	(74.775)
Participação dos Empregados	(3.535)	(1.656)	-	(5.191)
Entidade de Previdência Privada	(6.946)	-	-	(6.946)
Material	(2.222)	(1.479)	-	(3.701)
Serviços de Terceiros	(20.754)	(8.970)	-	(29.724)
Depreciação e Amortização	(84.322)	(10.383)	-	(94.705)
Provisões	2.243	(2.304)	-	(61)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(35.392)	-	-	(35.392)
Outras	(14.720)	(2.396)	-	(17.116)
	<u>(208.955)</u>	<u>(58.656)</u>	<u>-</u>	<u>(267.611)</u>
CUSTO TOTAL	(407.175)	(58.656)	2.999	(462.832)
LUCRO BRUTO	426.141	125.114	-	551.255
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(95.678)	(83.814)	-	(179.492)
IMPOSTO DE RENDA	(106.326)	(19.062)	-	(125.388)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>224.137</u>	<u>22.238</u>	<u>-</u>	<u>246.375</u>

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, o resultado do 1º trimestre de 2010 foi alterado para refletir essas modificações e permitir a comparabilidade com o 1º trimestre de 2011.

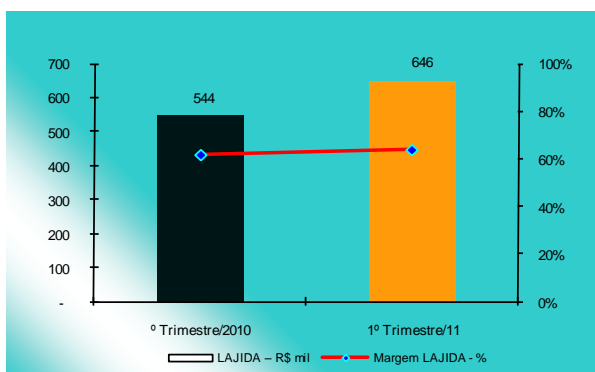
Lucro do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2011, um lucro líquido de R\$246.375, em comparação ao lucro líquido de R\$232.512 no primeiro trimestre de 2010, um aumento de 8,06%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 5,96% na receita líquida em função do crescimento da atividade industrial e da entrada em operação das usinas de Baguari e Pipoca em maio e outubro 2010, respectivamente e do aumento da receita de uso da rede em 10,05% em função do aumento da participação na transmissora de energia elétrica TAESA em maio de 2010.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no primeiro trimestre de 2011 na comparação com o primeiro trimestre de 2010, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2011	31/03/2010	Var %
Lucro Líquido	246.375	232.512	5,96
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	125.388	124.058	1,07
+ Resultado Financeiro	179.492	92.361	94,34
+ Amortização e Depreciação	94.705	94.948	(0,26)
= LAJIDA	645.960	543.879	18,77



O crescimento do LAJIDA no primeiro trimestre de 2011 em comparação ao primeiro trimestre de 2010 deve-se, principalmente, ao aumento de 14,52% na receita líquida, compensado parcialmente pelo aumento de 7,77% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em decorrência do aumento da receita líquida, a margem do LAJIDA apresentou um aumento de 61,44% em 2010 para 63,70% em 2011.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$989.012 no primeiro trimestre de 2011 em comparação a R\$837.266 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 18,12%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 12,54% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da maior atividade de comercialização. Adicionalmente, contribuiu para o aumento da receita o reajuste dos contratos de venda de energia, indexados, na maior parte, a variação do IGP-M. Dessa forma a receita foi de R\$592.575 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$470.064 no primeiro trimestre de 2010.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias não ter variado significativamente, houve um aumento de 4,91% na receita com energia vendida, R\$345.205 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$329.037 no primeiro trimestre de 2010, em função do aumento de 5,75% no preço médio de venda da energia, R\$94,88 no primeiro trimestre de 2011 em comparação a R\$89,72 no primeiro trimestre de 2010.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL.

Em função das novas práticas contábeis, para as concessões de concessão novas das controladas da Cemig, são registradas nessa rubrica a parcela da receita relacionada a operação e manutenção das linhas e a atualização da parte da receita da concessão que foi registrada ao valor presente como receita de construção.

A receita de uso da rede foi de R\$197.864 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$190.308 no primeiro trimestre de 2010, um aumento de 3,97% em decorrência do aumento de participação da Companhia na transmissora de energia elétrica, TAESA em maio de 2010.

Mais explicações, vide nota explicativa 22 e 23 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$270.991 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$228.811 no primeiro trimestre de 2010, um aumento de 18,43%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$15.759 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$7.223 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 118,18%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$9.768 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$8.588 no primeiro trimestre de 2010, um aumento de 13,74%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$462.832 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$436.546 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 6,02%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 23 das Informações Trimestrais.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$137.818 no primeiro trimestre de 2011, comparados a R\$73.773 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 86,81%. Essa variação decorre da maior atividade de comercialização de energia em 2011.

Obrigação Pós-Emprego

A despesa com obrigação pós-emprego foi de R\$6.946 no primeiro trimestre de 2011, comparados a R\$4.760 no primeiro trimestre de 2010, representando um aumento de 45,92%. Esta despesa representa a atualização da obrigação calculada em conformidade a laudo atuarial elaborado por consultores externos.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$179.492 no primeiro trimestre de 2011 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$92.361 no primeiro trimestre de 2010, um aumento de 94,34%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de 15,17% na receita de aplicações financeiras, R\$56.036 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$66.056 no primeiro trimestre de 2010. Essa redução decorre de menor volume de recursos aplicados no primeiro trimestre de 2011 comparados ao mesmo trimestre do ano anterior.
- Aumento na despesa de variação monetária de empréstimos e financiamentos em moeda nacional de R\$31.404 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$12.673, apurada no primeiro trimestre de 2010. Esse aumento decorre do maior volume de empréstimos vinculados a variação do IPCA de janeiro a março de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010.

- Aumento na despesa de encargos de empréstimos e financiamentos, R\$178.414 no primeiro trimestre de 2011 comparados a R\$140.397 no primeiro trimestre de 2010. Esse aumento decorre basicamente da maior variação do CDI no primeiro trimestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, decorrência do aumento na taxa Selic definida pelo Banco Central do Brasil

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no primeiro trimestre de 2011, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$125.388 em relação ao lucro de R\$371.763, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,73%. No primeiro trimestre de 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$124.058 em relação ao lucro de R\$356.570, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,79%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9 das Informações Trimestrais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de março de 2011 totalizava R\$8.066,8 milhões, de acordo com as expectativas da Administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$806,7 milhões no ativo imobilizado em 31 de março de 2011.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Belo Horizonte, 16 de maio de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0